

O TEMPO, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: OU SOBRE COMO EXTRAIR UMA CONCEPÇÃO DE TEMPO PARA A TEORIA DA HISTÓRIA EM MARCEL PROUST

Carlos Nássaro Araújo da Paixão¹

Resumo: O presente artigo se propõe a estabelecer uma discussão epistemológica sobre a questão do tempo para a teoria da História. Considerado um substrato fundamental para a construção e a concepção do conhecimento historiográfico, este nem sempre recebeu a atenção necessária. Para tanto, buscar-se-á adentrar nas discussões sobre o estabelecimento das ciências sociais entre o final do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX, destacando a problemática temporal levantada pela Filosofia da Intuição de Henri Bergson, a Sociologia da Memória de Maurice Halbwachs e a Literatura de Marcel Proust.

Palavras-chave: História. Memória. Tempo. Proust.

THE TIME, THE MEMORY AND THE HISTORY: OR ON HOW TO EXTRACT A CONCEPTION OF TIME FOR THE THEORY OF THE HISTORY IN MARCEL PROUST

Abstract: The present article intends to establish an epistemological discussion on the subject of the time for the theory of the history. Considered a fundamental substratum for the construction and the conception of the historical knowledge, not always it re-

¹ Professor do IFBAIANO — Guanambi. Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB — Vitória da Conquista — BA. Mestre em História pela UNEB — *Campus V*. Licenciado em História pela UNEB — *Campus II*. Financiada pela FAPESB. Integrante do Grupo de Pesquisa Política e Sociedade no Brasil — GEPS, vinculado ao Museu Pedagógico da UESB e do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento — CMD. Endereço eletrônico: carlos.hyst@gmail.com.

ceived the necessary attention. In this respect, it will fetch enter in the discussions on the establishment of the social sciences among the end of Century XIX and the first decades of the Century XX, highlighting the temporal issue raised by the philosophical intuition of Henri Bergson's, the sociology Memory of Maurice Halbwachs's and Marcel Proust's literature.

Keywords: History. Memory. Time. Proust.

Introdução

No início do século XX, o problema da renovação do paradigma da história se colocou em diversas nuances entre as quais, a questão do tempo foi fundamental. Marc Bloch (2001), em sua crítica à História metódica, também chamada de positivista, estabeleceu uma perspectiva inovadora no campo historiográfico para pensar a temporalidade.

Primeiro, criticou o chamado mito das origens, a partir do qual os historiadores buscavam incessantemente a origem dos fatos, das questões e dos problemas em um passado cada vez mais longínquo e em uma sequência encadeada de causas e efeitos, em uma estrutura temporal linear, evolutiva e progressiva (BLOCH, 2001). Concomitantemente, propôs em parceria com Lucien Febvre (1989) a noção de história-problema, na qual o mote que, porventura, desencadearia a investigação histórica deveria ser buscado no presente, realizando um movimento deste, em direção ao passado. Ou seja, a história seria pensada, a partir desta concepção, não como um antiquário, preocupada com curiosidades sobre um tempo longínquo, mas como uma ciência que buscaria resolver as questões postas no presente através do recurso ao passado.

Braudel (2005) radicalizou as críticas a um tempo considerado homogêneo, universal e linear e propôs a noção das múltiplas temporalidades. A partir desta perspectiva, não se

pode mais negligenciar a presença de tempos que decorrem em diferentes ritmos na análise da sociedade, a saber: o tempo curto, comparado às ondas do mar, a espuma dos acontecimentos políticos; o tempo médio, como as correntes marítimas, das conjunturas; o tempo longo, comparado ao fundo do mar, das estruturas sociais e há quem fale do tempo longuíssimo, quase imóvel das mentalidades.

Koselleck (2006) estabeleceu uma perspectiva em que cada presente não apenas reconstrói o passado, problematizando as questões geradas em cada atualidade, mas que cada presente ressignifica o passado e o futuro. Aquele se coloca como uma nova maneira de se estabelecer as relações entre o passado e o futuro, pois o presente é a um só tempo, o passado do futuro e o futuro do passado. Ele contribuiu fundamentalmente para se construir novos diálogos entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas no campo da teoria da história.

Estas teses, sucintamente apresentadas, são conhecidas e discutidas por aqueles que se debruçam pelo campo teórico nas ciências humanas em geral e no da história em particular. Diante disto, mesmo sendo fundamentais para a discussão da problemática do tempo, não vamos nos alongar nelas, pois existem estudos que problematizaram estas questões. Por outro lado, buscamos entender que outras áreas do conhecimento já haviam levantado críticas à noção mecânica e espacializada do tempo e de que maneira esta era insuficiente para dar conta dos problemas que se colocavam. Portanto, as questões que colocamos para o presente artigo são: qual a concepção de tempo que se pode discutir e qual o momento da emergência desta problemática? De que maneira pode-se apreender a implicação, para a história, das contribuições da filosofia da intuição de Bergson, da sociologia da memória de Halbwachs e da literatura de Proust, no que concerne à crítica e consequente construção de uma nova base epistemológica para o tempo?

A discussão será centrada em autores que produziram suas análises no período compreendido entre fins do século XIX ao pós-guerra, pois neste momento pôde-se flagrar a emergência de uma série de problemas lançados e que questionavam os pressupostos dos paradigmas iluministas e positivistas que naquele momento², de alguma maneira, eram ainda considerados como a ciência normal ou paradigma dominante, no dizer de Thomas Kuhn (2006) ou para parafrasear Foucault (2005), estabelecidos como aqueles que enunciavam discursos que se estabeleciam como regimes de verdade. A partir desta crítica, buscaremos destacar o protagonismo do tempo para cada um desses autores.

Bergson: a filosofia da intuição e o tempo como duração

Henri Bergson pode ser descrito como o filósofo da intuição, da duração e da memória³. São as três categorias fundamentais do seu pensamento. Também foi o pensador que estabeleceu o estatuto epistemológico do campo multimodal da memória. Sua obra que se voltou mais detidamente sobre o problema da memória foi *Matéria e Memória*, de 1896. Este foi pensado para resolver um problema funda-

² Ressalte-se que neste mesmo momento apareceram as contribuições fundamentais para o debate acerca do tempo e de crítica à modernidade, aos herdeiros do iluminismo e das concepções mecanicistas e baseadas na razão e na consciência, os trabalhos de Freud sobre o inconsciente, os de Nietzsche sobre o caráter inventado do conhecimento e do fardo da história para o presente, além da Teoria da Relatividade de Einstein que mereceu uma resposta por parte de Bergson, em *Duração e Simultaneidade* de 1922.

³ A obra filosófica de Bergson gira em torno de alguns conceitos fundamentais, quais sejam: A duração que é o tempo como inovação e novidade, a memória como um elemento de interioridade do homem e a vida, como élan ou impulso vital. E a intuição é seu método fundamental de pesquisa filosófica. Ela permite tornar a filosofia em uma atividade precisa.

mental da crise do pensamento do século XIX, tanto da filosofia quanto da psicologia. Esta dizia respeito ao dualismo imposto aos leitores que aparece como uma aporia. A dicotomia entre o idealismo e o materialismo acerca da *teoria* da matéria e do espírito (BERGSON, 1999, p. 1-10).

O problema que se colocava era o seguinte: de que maneira se poderia passar de uma ordem material a uma ordem ideal, de um fenômeno quantitativo para um fenômeno qualitativo? Como ultrapassar a dualidade formada pelo duplo quantidade/qualidade? Bergson considerou este um falso problema. Pois ele postulou que as imagens são reais (BERGSON, 1999, p. 11-82). Elas não são uma construção intelectual que as torna representação, elas estão na matéria. Imagem, movimento e matéria são sinônimos. Matéria é imagem, que é movimento. As imagens estão presentes na matéria e não são uma construção da consciência. Aquela se estende a tudo que aparece. Imagem também é sinônimo de aparição, disso apreende-se que tudo que aparece é imagem, e por isso mesmo é fluente.

No plano da imanência, a imagem em movimento está em relação com uma consciência que é virtual e coextensiva. E esta consciência virtual se atualiza pela ação de nossa consciência. Por conseguinte, a consciência humana não é um princípio, uma faculdade, como proposta anteriormente pelo projeto iluminista, não o *cogito* de Descartes, nem o *self* de Locke, e nem a consciência de si e para si. Antes, ela é um canal, pois existe a consciência virtual que antecipa e vai além de sua própria consciência. O plano imagético, que é o da matéria, existe em interação, pois as imagens agem e reagem umas em relação às outras e imediatamente, sem o recurso à mediação das representações intelectuais. Estas imagens em interação estão a todo o momento produzindo modificações. Tudo que se move muda, porque todo movimento é interação, e a imagem percebida é aquela recortada

pela atenção, a serviço da consciência (BERGSON, 1999, p. 20).

A imagem viva parece que comporta um intervalo de movimento, esta imagem é de ação retardada. É no intervalo entre a percepção e o recorte que de fato a consciência se atualiza. É um intervalo de indeterminação. A consciência analisa os estímulos, seleciona, entre as respostas possíveis, a mais eficaz (BERGSON, 1999, p. 34-39). A análise e a escolha entre as imagens possíveis são as condições da liberdade.

Esse intervalo de indeterminação pode ser pensado como a subjetividade. E a indeterminação é o Tempo, a duração. E é no intervalo que está a memória. Esta é também o virtual, o Tempo e a duração. A lembrança é também real, pois está na memória, mas não em uma existência psíquica.

De que maneira Bergson concebe a memória? Ele parte do princípio de que o reconhecimento é a condição *sine qua non* para a representação e não há o reconhecimento sem o recurso ao passado. E todo reconhecimento supõe memória. Reconhecer é se servir das coisas, é saber reagir frente às percepções. E todo reconhecimento está a serviço do interesse (BERGSON, 1999, p. 83-104). Bergson define dois tipos de reconhecimento. O reconhecimento automático que se dá imediatamente ao agir. Onde predomina na memória um dispositivo motor, presente no corpo. É uma percepção que se prolonga na ação. É o que ele denominou de memória-hábito (BERGSON, 1999, p. 104-111).

O outro tipo pode ser chamado de reconhecimento atento. Este se constitui a partir de outro tipo de representação. Lança mão da memória que é imagem e também lembrança. É uma percepção atenta que evoca as lembranças e faz voltar à consciência uma lembrança e/ou experiência do/no passado. Quando se procura reconhecer pela atenção é a imagem-lembrança que entra em ação. Na atenção, a imagem percebida entra em circuito com a memória. Esta

atenção é uma atividade que pertence ao espírito (BERGSON, 1999, p. 111-120).

A imagem-percepção vem da matéria, da realidade dada, imediata. A imagem-lembrança está na consciência, após o processo de reconhecimento, atualiza em forma de imagens. Estas imagens não se conservam no cérebro, pois ele próprio não se conserva, ele também é imagem. O cérebro tem por função simplesmente atualizar as imagens. As lembranças quando não evocadas/rememoradas são chamadas de lembrança-pura, são pura virtualidade, estão na duração. Elas têm apenas uma realidade temporal. É no tempo que a lembrança se conserva. O tempo puro, experimentado na intuição, é algo completamente real, mas, quando se coloca em uma realidade psíquica, ele é pura virtualidade. Neste caso, o filósofo da intuição conclui: o tempo é memória (BERGSON, 1999, p. 155-174).

Dito isto, a teoria da memória em Bergson pressupõe uma concepção específica do tempo. Ele pensou o tempo pelo viés da conservação. O passado neste caso, não deixou de existir, não deixou de ser (BERGSON, 1999, p. 161). O que passa no tempo, é o agora, o presente, que está passando. O tempo não passa. O passado é aquilo que não passa. Daí, se estabelece o primeiro paradoxo do tempo (DELEUZE, 1999, p. 39-56). O paradoxo do ser: o presente nunca é, porque sua característica é passar. A palavra mais indicada para caracterizar o presente é o puro devir (BERGSON, 1999, p. 160-162). O passado não passa, conserva, e aquilo que conserva é, as lembranças permanecem. Por este motivo, Ricoeur (2007, p. 436) afirma que para Bergson o esquecimento é inconcebível. Este passado que é, não está a serviço de nada, e é o interesse do presente que evoca o passado, ou certas características dele. O passado é o virtual e, enquanto virtualidade é real, é o tempo.

O segundo é o paradoxo do salto. Este postula que no processo de rememoração não se vai do presente ao passado, posto que o sentido que se estabelece é exatamente o oposto. Porque o evocar das lembranças supõe se instalar a partir do passado (BERGSON, 1999, p. 158). Nós saltamos no passado sem sair do presente. Este salto ocorre sempre em uma ou outra região do passado. Esta ou aquela região do passado é virtual. Suponha-se que se encontra a lembrança evocada. O entendimento destes paradoxos é prejudicado porque entendemos o tempo a partir de uma representação horizontal deste, que é na verdade pura abstração. Mas no tempo que dura, o passado coexiste ao lado do presente. Pelo paradoxo do salto, as distancias cronológicas não afetam a lembrança. Estamos todo o tempo saltando em uma região do passado.

O terceiro é o paradoxo da contemporaneidade. Neste, Bergson afirma que o passado é contemporâneo do presente. Este é demonstrado pela rememoração. A lembrança é uma atualização de uma imagem presente (BERGSON, 1999, p. 156). O passado é contemporâneo da lembrança. O passado está entre a percepção e a imagem-lembrança. O passado não foi presente, ele é o presente que está passando.

Em seguida temos o paradoxo da coexistência. Neste, o passado coexiste com o presente que passa (BERGSON, 1999, p. 172-173). O homem comum pensa a passagem do tempo da seguinte forma: o passado se forma somente depois do presente passado e o futuro depois de passado o presente. Neste sentido, passado é lembrança que passou, e o futuro é o que ainda não existe. Bergson subverte esta ordem e diz que o passado não vem depois do presente passar, ele coexiste com o presente que passa. O presente que passa, já é presente-passado. O agora só passa, porque coexiste com um presente que está passando. E, o agora só passa, porque coexiste com o passado (BERGSON, 1999, p. 175). O devir não tem início e não terá fim. Simplesmente existe. A lem-

brança está no passado, mas não é o passado. A lembrança é o presente que foi. O passado conserva o presente que está passando. O passado nunca foi presente. O que foi presente é o que está no passado, a lembrança do que foi. O futuro é o aberto, o incerto, o passado é o que garante a diferença (BERGSON, 1999, p. 160-162). A experiência garante a inovação. A indeterminação gera o novo a partir da experiência. O mundo físico pode trazer a duração na matéria. Mas, quando insere-se o vivo, existirá a abertura para a criação.

Halbwachs e sua sociologia da memória: o conceito de memória coletiva

Discípulo de Bergson, e com raízes fincadas no pensamento sociológico de Durkheim, Maurice Halbwachs lançou as bases epistemológicas para uma abordagem sociológica da memória. Em seu livro, *Les cadres sociaux de la mémoire*, publicado em 1925, ele estabeleceu um debate profícuo com Bergson, Freud e Charles Blondel acerca da natureza da memória, e a principal pergunta que norteia a discussão: onde a memória se ancora, e de que maneira ela é evocada? Ele teceu críticas às concepções que tratavam a memória como um produto individual, fosse através do viés psicologizante, ou filosófico que colocava a memória no interior e na imanência dos indivíduos. Ele deslocou a memória para o exterior das pessoas e a situou nas relações, nos grupos sociais. Estabeleceu a noção de marcos sociais, que são como âncoras que suportam as memórias desses grupos (HALBWACHS, 2004).

Ele diz que a lembrança não se constrói de maneira individual, pois os marcos sociais da memória e sua construção coletiva realocam nossos pensamentos individuais e permitem que quem participa nesta memória tenha garantida sua capacidade de recordação. A vida em sociedade nos marca de tal modo que até o mais íntimo de nosso pensamento, os nossos sonhos, estão completamente atravessados por vi-

vências, experiências e marcadores das relações sociais que constroem o indivíduo. A questão que se faz neste momento não é saber em que local se conservam e reaparecem as recordações, se na minha consciência ou na das outras pessoas, mas, antes, entender por que reaparecem. No estudo dos sonhos, Halbwachs produziu argumentos consistentes, a partir dos quais, desconstruiu a tese que defendia a permanência das lembranças em estado de latência em algum lugar do inconsciente. Mas, para prová-lo, foi necessário entender que fora do sonho o passado não se manifestava tal qual foi, mas antes, era reconstruído de acordo com as contingências do presente e não conservado nos recônditos do pretérito (HALBWACHS, 2004, p. 9).

Mesmo sabendo dos riscos de trazer um sociólogo que coloca o tempo e a memória nos grupos e nas relações sociais, em um diálogo com autores que pensam estas noções a partir da subjetividade e da imanência nos indivíduos, penso ser fundamental sua posição no debate intelectual frutífero que se deu a partir do fim do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Este debate girou em torno do estatuto científico das ciências humanas e sociais, no qual, se colocou em discussão as bases epistemológicas da história, sociologia, antropologia, linguística e a psicologia (HALBWACHS, 2004, p. 345-428). Na *Memória Coletiva*, publicado postumamente em 1950, ele trouxe uma série de questões fundamentais para pensarmos sua concepção de tempo e de memória em contraste com a chamada *histoirevenementielle*, que naquele momento gozava de hegemonia no campo historiográfico. Suas críticas a esta concepção de história se deram concomitante com as investidas de Marc Bloch e Lucien Febvre.

Foi neste segundo livro que ele amadureceu as suas concepções sobre a memória constituída e transmitida coletivamente, a partir das experiências nos diversos grupos sociais. Postulou que ninguém se lembra sozinho, que as memórias são construídas coletivamente e que há tantas memórias

coletivas quantos grupos há (HALBWACHS, 2006, p. 29-70). Para se evocar o passado, a pessoa recorre, em geral, às lembranças de outras, é preciso se transportar a pontos de referência que se colocam fora de si, determinados pelas regras construídas pela sociedade. A memória individual não pode funcionar sem os instrumentos que são as palavras e ideias, as quais não foram inventadas pelos indivíduos, antes foram tomadas de empréstimo do ambiente social, tais como a linguagem, o tempo e o espaço (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Mesmo se aproximando cada vez mais das concepções durkheimianas, Halbwachs ainda manteve alguns postulados propostos por seu antigo mestre, ressaltando-se que algumas daquelas teses foram trazidas para o campo da sociedade, ora interpretadas como fatos sociais, tão ao feito de Durkheim. Duas noções fundamentais em Bergson foram mantidas em diferença: a noção de tempo como duração que somente tem sentido ao ser vivido e experimentado, mas com a diferença de que esta experiência tem seu lugar nos grupos sociais. E a ideia de memória como afeto que, neste caso, gera o amálgama que faz os grupos durarem (HALBWACHS, 2006, p. 71-112 e p. 113-156).

Halbwachs estabeleceu diferenças fundamentais entre memória coletiva e história. A história, em sua concepção, é compilação de fatos que são lidos, ensinados e aprendidos nas escolas. É fruto de seleção, comparação e classificação segundo regras ou necessidades exteriores aos homens. A história começa exatamente onde termina a tradição, se nutre do material decomposto da memória social. Enquanto existe lembrança é inútil fixá-la nos escritos, pois o processo de escrita desta noção de história ocorre somente após os fatos ficarem em um passado distante e não mais exista o grupo responsável por manter suas memórias vivas. Para que o indivíduo lembre é preciso um tempo que seja contínuo e um grupo que permaneça, no qual as lembranças se apoiem, “como poderia ser a história uma memória, se há interrupção

entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados?” (HALBWACHS, 2006, p. 100-101).

A história opera na descontinuidade, que é artificial, convencionalizada. Neste caso, um dos objetivos da história seria estabelecer uma ponte entre o passado e o presente e, a partir dela, reestabelecer a continuidade que foi interrompida. Mas esta função se mostra infrutífera, pois não nos é possível retomar as correntes de pensamento que tiveram impulso no passado, posto que, nossa influência está restrita ao presente (HALBWACHS, 2006, p. 100-101).

A memória coletiva se distingue da história em dois aspectos: ela é uma corrente de pensamento marcada pela continuidade, de experiência, diferente da artificialidade, pois retém do passado somente o que está vivo, ou que pode permanecer nas memórias do grupo, e não ultrapassa os limites do grupo (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Proust, Bergson e Halbwachs: diálogos sobre (com) o tempo

As discussões anteriores são fundamentais para se entender e se pensar teoricamente o *corpus* documental que vai ser o gerador das análises. Para este propósito, foi eleito o último volume da obra de Marcel Proust, *Em Busca do Tempo Perdido*, denominado *O Tempo Redescoberto* (PROUST, 1992). Neste livro, podemos buscar uma série de reflexões sobre o tempo, que decorre, que dura, que age sobre os indivíduos e sobre a sociedade e que apresenta múltiplos ritmos e fluxos. E apresenta as marcas do conflito em sua produção, na narrativa, nos sentimentos flagrados e na própria temática.

O livro aparece como uma espécie de acerto de contas com o passado, no qual o autor revisita diversos momentos

de sua vida, de suas relações e das pessoas que fizeram parte dela. E justamente neste ponto, o problema do tempo se coloca de maneira indelével, pois este processo de revisita, reconstrução, retorno, não pode ser operado sem que uma concepção de tempo seja discutida, construída e principalmente praticada.

A própria narrativa é sintoma e método para se pensar um tempo que se apresenta de maneira não cronológica, do tipo mecânico e convencional a partir da física e da astronomia. É sintoma, pois a primeira característica que se destaca no texto é a descontinuidade. Não se deve procurar um “fio da meada”, uma pista que se desvela, uma narrativa evolutiva com um desfecho característico dos romances realistas e naturalistas. Método, pois para se tratar de outra temporalidade, a narrativa tradicional com partes definidas e ordenadas em início, meio e fim não responde e não contempla o problema proposto.

Portanto, a inovação estabelecida por Proust pode ser percebida tanto em sua narrativa descontínua, como na própria concepção de tempo, que é pensado na obra como duração e afetividade. Este é marcado pela presença que suspende a mecânica do tempo homogêneo e partilhado da cronologia e do evolucionismo. Voltado para um passado que se faz presente, marcado de afeto, contra um tempo voltado somente para o futuro do progresso positivista. É um tempo que nega o saber temporal da história vigente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Tempo vazado que permite composições e recomposições, configurações e reconfigurações, caleidoscópio que provoca tantas combinações quantas vivências se experimenta.

A busca, na estrutura do texto, por uma sequência lógica se mostra uma tarefa inútil, tanto porque não será encontrada, e principalmente, porque não se terá o entendimento fundamental dos objetivos e dos problemas

levantados pelo autor. A narrativa é dividida em três partes que não tem necessária relação cronológica entre si. Para pensar e entender a estrutura narrativa é preciso ter o entendimento da perspectiva temporal proposta pelo narrador personagem. Pois, a partir de cada um desses momentos, ele se desloca para outros, em um processo de rememoração que é desencadeado pelos mais diversos dispositivos.

Na primeira parte, ele se encontra em *Tansoville*, em um momento de repouso após problemas de saúde. Está na casa de seu amigo Robert de Saint Loup e de seu antigo amor, Gilbertte. Do seu quarto, observando a decoração das paredes e a paisagem verdejante que se desenhava pela janela ele se vê envolvido por uma reminiscência e se percebe diante do campanário da igreja de *Combray*, local onde passou sua infância:

É bonito ter tanto verde na janela do meu quarto” até o momento em que, no vasto quadro verdejante, reconheci, pintado ao contrário em azul-escuro, por estar mais longe o campanário da igreja de Combray, não uma imagem desse campanário, mas o próprio campanário, que pondo assim sob meus olhos a distância dos olhos e dos anos, viera, em meio da luminosa verdura e com um tom inteiramente outro, tão sombrio que parecia apenas desenhado, inscrever-se no losango de minha janela (PROUST, 1992, p. 11, Grifo nosso).

Um tempo que é intuído como duração subverte qualquer possibilidade de rigor cronológico e pode estabelecer uma identidade entre temporalidades distintas. O tempo de Proust e do seu protagonista dura, é o que o permite, da janela de seu quarto, se colocar inteiramente em dois momentos distintos, tornando o passado contemporâneo do presente, rompendo qualquer barreira cronológica e espacial (BERGSON, 1999, p. 175). Daí em diante, ele entra em um caleidoscópio temporal. Retoma outro amor do passado,

Albertine, memória que permaneceu involuntária e que evocava a vida que compartilharam em Paris.

Neste período caiu em suas mãos o diário dos Goncourt (PROUST, 1992, p. 20-26), a partir do qual ele passou a refletir sobre arte e principalmente sobre a função da literatura. Intuindo uma superficialidade e ingenuidade do autor do diário que se perdia em descrições e observações inúteis das pessoas da alta sociedade, ao passo que, reconhecia sua própria capacidade de ver e ouvir, salvo quando se punha a perscrutar a essência que se manifestava nas coisas, aludindo que via, quando muito, uma espécie da radiografia das coisas e das pessoas (PROUST, 1992, p. 27-28). Refletindo em tudo isso, para concluir sobre sua própria incapacidade de possuir dons literários, muito por conta de sua saúde debilitada que o obrigou a se internar em um sanatório. Uma vez que o projeto do livro se apresenta como uma espécie de meta-narrativa que cuida das possibilidades do fazer literário e em particular do seu projeto artístico de escrever a obra da sua vida (PROUST, 1992, p. 32).

A segunda parte do livro se ambienta inicialmente na Paris no decorrer da Primeira Guerra Mundial, em 1916, logo após sua longa passagem por um sanatório. Nesta seção, há uma discussão fundamental entre um tempo vivido, sentido, experimentado, interior e o tempo socialmente convencional. É o momento em que o conflito mundial está muito presente na narrativa e o protagonista se mostra muito interessado no desenrolar deste, é inevitável a percepção da alteração no ritmo de vida, do comportamento e das ideias e discursos dos personagens e da paisagem da cidade.

Numa das primeiras noites de minha estada em Paris em 1916, desejoso de ouvir comentar a única coisa que então me interessava, a guerra, saí depois do jantar para visitar a sra. Verdurin, já que ela era, com a sra. Bontemps, uma das rainhas daquela Paris da

guerra, que lembrava a do Diretório (PROUST, 1992, p. 35).

Essa Paris estava tomada por mulheres de turbantes e túnica, uma moda de algum modo austera visando não ofender o olhar dos combatentes, assim como os acessórios que remetiam ao militarismo, uma maneira de levantar o moral da tropa e dar a contribuição de patriotismo e de civismo das mulheres da sociedade (PROUST, 1992, p. 35).

E esta discussão, aparentemente trivial, leva o leitor a uma vertiginosa passagem por vários momentos da história da França: o caso *Dreyfus*, o Diretório, O Segundo Império, a República. Estes períodos, separados por um tempo mensurável e eivado de intervalos regulares, se interpunham na narrativa uns nos outros, marcando continuidades, contemporaneidades e ao sabor de traços e evocações que seguiam a um ritmo e a uma temporalidade interiormente vividas: “Viam-se ainda, por vezes, em torno dela, estranhos remanescentes de um mundo ignoto, aceitos, tão naturalmente, como restos de casca ao redor de um pinto [...]” (PROUST, 1992, p. 39).

A guerra e a presença dos destacamentos de diversas tropas nas ruas de Paris evocavam outro tempo, o andar distraído sobre ruas escuras de Paris fez atualizar um passado que não deixou de existir e que se conservou em diversas imagens:

Fiz meia volta, mas ao deixar a ponte dos Inválidos vi que já não era mais dia no céu, que já não havia luzes na cidade, e, tropeçando aqui e ali nas latas de lixo, tomando um caminho por outro, atravessando maquinalmente um dédalo de ruas escuras, cheguei, sem saber como, aos bulevares. Renovou-se logo a impressão do Oriente que já experimentara, e por outro lado, à evocação da Paris do Diretório sucedeu a de Paris de 1815. Como em 1815, havia um heterogêneo desfile de uniformes das tropas aliadas;

entre outros, os africanos de largas calças vermelhas, franzidas como saias, e os hindus de alvos turbantes me bastavam para transformar a Paris onde passeava em imaginária capital exótica, de um orientalismo minuciosamente exato no tocante às vestes e aos tons de pele, arbitrariamente quimérico quanto ao cenário (PROUST, 1992, p. 64).

Esta descrição se apresenta como uma miríade de texturas temporais e espaciais. As vivências anteriores do protagonista veem compor com o presente uma percepção particular do atualmente vivido. Temporalidades múltiplas e justapostas, passados distintos que, pela concepção de tempo da história dita positivista e da física clássica newtoniana, já ficaram na esteira do tempo decorrido, cada um separado pelos seus instantes particulares, nesta narrativa compõe uma situação de coexistência, na qual, passados distintos coexistem com o presente que já se esvai na continuidade da duração. Cores, roupas e rostos exóticos evocaram o Oriente, que evocou o período do Diretório, que evocou a Paris de 1815, mas esta não é uma sequência cronológica, é puramente por uma questão de limitação do tropo, que pode não ficar explícito o fato de que para Proust estes diferentes períodos são como camadas de um mesmo instante.

Isto ocorre quando, concordando com Bergson, intuimos (DELEUZE, 1999, p. 7-26) o tempo, ou seja, vivemos na duração. Sair do tempo da representação, quando fazemos isso vivemos o tempo como experiência imediata. O relógio, o calendário e as grandes repartições da história especializam o tempo e negam a apreensão interior deste. E o que seria duração para Bergson? Ele responde com uma metáfora que dá conta do caráter interior e experiencial que são a sua marca:

Escutem uma melodia, fechando os olhos, pensando apenas nela, não justapondo mais sobre um papel ou sobre um teclado imaginários as notas que vocês

conservavam assim uma para a outra, que aceitavam então tornar-se simultâneas e renunciavam a sua continuidade de fluidez no tempo para se congelar no espaço: encontrarão indivisa, indivisível, a melodia ou a porção de melodia que terão recolocado na duração pura. Ora, nossa duração interior, considerada do primeiro ao último momento de nossa vida consciente, é algo parecido com essa melodia (BERGSON, 2006, p. 57-58).

A tentativa de mensurar, medir, contar e dividir, simplesmente empobrece, “congela” no espaço a possibilidade de viver, experimentar o/no tempo. Neste caso, o tempo vivido é diferente do tempo da história, a experiência permite outra relação com o tempo, e os diferentes fluxos da vida em sociedade possibilitam a permanência do passado no presente. Mantendo a noção de duração, mas deslocando-a para uma perspectiva sociológica, temos Halbwachs que escreveu sobre as diferentes temporalidades produzidas pelos diferentes grupos sociais, e que pode dialogar com Proust nos seguintes termos:

O passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes. Em geral nem prestamos atenção nisso... mas basta que a atenção se volte desse lado para notarmos que os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais um lugar (HALBWACHS, 2006, p. 87).

O tempo se configura como um palimpsesto, em que, mesmo com a sensação de ruptura e aceleração, rastros do passado ainda se materializam em gestos, pessoas, lugares e hábitos que desafiam o tempo representado e aprendido da história:

Existiu uma Paris de 1860, cuja imagem está estreitamente ligada à sociedade e aos costumes contemporâneos. Para evocar, não basta procurar as placas que comemoram as casas em que viveram e em que morreram alguns personagens famosos dessa época, nem ler uma história das transformações de Paris. É na cidade e na população de hoje que um observador nota muitos traços de outrora (HALBWACHS, 2006, p. 88).

Os traços do ontem estão presentes nos detalhes considerados os mais insignificantes. Foram eles que levaram o protagonista a se colocar e se perceber atravessando as camadas dos diferentes tempos sem sair do lugar (BERGSON, 1999, p. 171).

Proust continuou a relacionar o tempo social, da história com a presença marcante da guerra, as relações rompidas entre França e Alemanha, entes tomados como imensos seres humanos em que os habitantes de cada uma das nações eram como células e polígonos interiores que juntas formariam o corpo humano e esse conjunto de pequenos polígonos e células travavam uma luta gigantesca. Mediam-se em uma luta semelhante à dos indivíduos em um ringue. Com questões muito íntimas e pessoais de suas relações com Françoise e Albertine (PROUST, 1992, p. 70-71).

O que fica marcado da relação da narrativa com o tempo é que estas informações e muitas outras, apresentadas de maneira que acompanham o devaneio, fruto de uma introspecção e reflexão interiores, aceleraram em um fluxo que no relógio não seria maior do que um pequeno instante, aquele em que se percebe o sr. de Charlus se esgueirando na noite para entrar despercebido no hotel de Jupien (PROUST, 1992, p. 100).

A morte de seu amigo Robert de Saint Loup no campo de batalha afetou de tal maneira o protagonista que retardou

sua volta de Paris e o abalou a ponto impossibilitar sua viagem. Na guerra, Robert encarnou de maneira significativa o personagem que nutria e que participava de um ódio coletivo contra um povo, os alemães. Mas isso, a partir do ponto de vista do narrador, se devia muito à rivalidade entre ele e seu tio, barão de Charlus, que era adepto do germanismo (PROUST, 1992, p. 129).

Isso desencadeou novamente uma série de lembranças quando, por conta dos esforços e das emoções experimentadas com a morte, o velório e o funeral do amigo, ficou convalescendo em um quarto. Lembrava com detalhes da chegada do amigo pela primeira vez em Balbec. Destacou o fato de que se viram somente algumas poucas vezes, como se fossem enquadramentos e tempos os mais diversos. Sua lembrança evocara a memória de Albertine, para daí se materializar em seus pensamentos o seu amor não correspondido pela princesa de Guermantes, e novamente retornou a imagem de Albertine, que desta vez valia apenas para associar-se a um raio de sol poente no mar. Esta associação aparentemente desconexa de imagens e tempos diferentes foi sintetizada na metáfora das lançadeiras que tecem os fios das lembranças: “as lançadeiras ágeis do tempo tecem fios entre as lembranças que nos pareciam a princípio mais independentes” (PROUST, 1992, p. 130).

No momento de sua morte, seu passado nobiliárquico veio em socorro de seu presente, rompeu com o tempo decorrido, não se prendeu aos livros e retomou sua dignidade,

tornara a ser militar seu torreão feudal. E este Guermantes morreu mais ele mesmo, ou, melhor, mais de sua raça, exclusivamente um Guermantes, como simbolicamente patenteou o enterro, na igreja de Saint-Hilaire de Combray (PROUST, 1992, p. 132).

O último capítulo do livro decorre das experiências e reflexões vividas pelo personagem em uma recepção na casa

da princesa de Guermantes. É nesta seção que Proust lança suas maiores inquietações sobre a natureza do tempo, sobre as concepções de arte defendidas e o momento, a partir do qual, ele finalmente encontrou, ou resolveu seus problemas com o tempo, definindo seu projeto literário.

Inicia-se com sua viagem novamente de volta à Paris, e as paisagens do campo levam o protagonista a se dar conta de que não possui dons literários. A confirmação de uma impressão que o acometera anteriormente em Guermantes e *Tansonville*, ou seja, a busca infrutífera por um ideal nunca encontrado e a mentira da literatura (PROUST, 1992, p. 139-141).

Sua narrativa se apresenta da mesma maneira que em outras partes do livro, com o detalhe de que, neste momento, há uma profundidade, uma densidade que procura, a partir desta ferramenta, dar vazão a todas as reflexões propostas pelo narrador personagem. Um instante faz com que se reviva quase todos os momentos de sua vida, passando pela infância, adolescência, a fase adulta, revê todos os seus antigos amores, e mais que isso, reavalia todas as suas relações amorosas. Caracteriza, julga e põe em perspectiva todos os membros de seu círculo de amizades. Põe em suspenso seu projeto literário, avalia o universo da arte e da literatura, separa o que é essencial do que é supérfluo e fútil e, principalmente, acerta contas com o tempo, que é julgado, revivido, conceituado e, finalmente, reencontrado.

Retomando a metáfora das lançadeiras do tempo, nas quais os fios são trançados de maneira inesperada, a caminho da casa dos Guermantes e refletindo sobre sua própria incapacidade de desenvolver seu projeto literário, sentia algo em suspenso no ar, era um terreno familiar, mas não mais se sentia penetrando o mesmo espaço que os demais transeuntes, mas não era uma mudança física, material, os obstáculos não eram mais sentidos, pois estas ruas retomavam a memó-

ria dos passeios com Françoise, a memória fazia com que o próprio solo o levasse para “as alturas silenciosas da memória” (PROUST, 1992, p. 142). As ruas percorridas faziam parte de um “passado escorregadio, triste e doce. Sendo aliás composto de tantos passados diferentes, era difícil saber a causa de minha melancolia, sabe se se devia à espera de Gilberte e ao receio de que não viesse” (PROUST, 1992, p. 142), ou ainda se estava próximo “de certa casa onde me disseram que Albertine fora com Andrée” (PROUST, 1992, p. 142).

Percorrer ruas diferentes porque remetem a um passado composto por passados diferentes. Um passado que fica, que permanece, volta para o presente em multiplicidade, em múltiplas temporalidades. Este presente, que, por conta de uma evocação muitas vezes involuntária, se põe a conviver com muitos passados distintos. No qual, estes passados que ficam, convivem com este presente. Bergson (2006, p. 53-54), diz, para nos auxiliar neste caso, que o tempo é duração, e como tal, permanência em multiplicidade, porque mudança, atualização, invenção e descoberta.

Ao adentrar no pátio da residência dos Guermantes, o tropeção em uma pedra irregular provocou uma espécie de epifania. Imagens que estavam no Tempo se atualizaram, passados em diferentes graus de contração e distensão em contato com a matéria provocaram verdadeira avalanche de lembranças. Toda a melancolia pelos dissabores amorosos e toda dúvida quanto aos seus talentos literários se desvaneceram e cederam lugar a memórias felizes de *Balbec* e *Combray* (PROUST, 1992, p. 148).

A pedra trouxe a mesma evocação, a mesma memória feliz que anteriormente havia sido evocada pela *madeleine*-molhada na xícara de chá.

A felicidade que acabava de experimentar era, efetivamente, a mesma que sentira ao comer a *madeleine*, e de cujas causas profundas adiará até

então a busca. A diferença, puramente material, residia nas imagens evocadas (PROUST, 1992, p. 149).

A *madeleine* evocara anteriormente a infância feliz em Combray, na convivência com sua mãe, cuja morte lhe trouxe profundo sofrimento, e sentir-se novamente ao seu lado, sendo cuidado por ela, na representação deste bolinho, trouxe um novo sopro de vida e alegria para ele. Assim também, o tropeço na pedra despertou uma memória feliz de sua vivência em Veneza. Pois lá, no batistério de São Marcos, dois azulejos irregulares também o havia feito tropeçar. A pergunta que se faz, é o início de uma resolução que o faz adentrar à casa e encontra a resposta: “Mas por que me tinham, num como noutro momento, comunicado as imagens de Combray e de Veneza uma alegria semelhante à da certeza, para [...], tornar-me indiferente a ideia da morte?” (PROUST, 1992, p. 149).

E, ao entrar na casa, outra evocação despertou outra memória feliz. O tilintar da colher em uma louça e o toque do lenço de tecido engomado trouxeram a imagem de frescor de *Balbec*, a abertura de “uma janela sobre a praia [...]; o guardanapo onde limpava a boca, engomado exatamente como a toalha que tivera tanta dificuldade em enxugar-me defronte da janela no dia de minha chegada em *Balbec*, [...]” (PROUST, 1992, p. 150). A presença simultânea de diferentes passados experimentados em tão pouco tempo cronológico gerou alguma inquietação e “por isso procurava discernir o mais claramente possível a natureza dos prazeres idênticos que, três vezes em alguns minutos, acabava de experimentar, procurando em seguida a lição a tirar daí” (PROUST, 1992, p. 151). E mais, esta não era uma experiência mediada pela inteligência, pela racionalidade que busca em tudo a representação, não era uma impressão fictícia, era uma impressão real de quem se coloca na intuição. Era a experiência real de

quem vive e não representa e especializa o tempo (BERGSON, 2006, p. 57-59).

A diferença dos passados evocados, a partir dos signos mais diversos, que vieram compor com o presente uma única sensação, somente pode ser explicada pelo recurso à memória.

É certo que tais mudanças, nós a sofremos insensivelmente; mas entre a lembrança surgida inopinadamente e nosso estado atual, assim como duas reminiscências de datas, lugares, e horas diversas, a distância é tal que, ainda deixando de lado a originalidade específica, bastaria para tornar impossível qualquer comparação. [...] a recordação faz-nos respirar de repente um ar novo, precisamente um ar outrora respirado, o ar puro que os poetas tentaram em vão fazer reinar no paraíso (PROUST, 1992, p. 151-152).

A pergunta que se faz é: como estabelecer a equivalência onde não há identidade? Esta questão, também posta por Deleuze (2003), tem como uma possível resposta, o fato de que aqueles passados surgem como presentes, e que são signos na medida em que são a presença em que se interpreta uma ausência. Como signos, apenas atuam na duplicidade, em réplica. Este presente que é passado, e que retorna, estabelece-se como um simulacro de um presente-presente. É a memória que, convocada, como um jogo com o qual as semelhanças se proliferem e se performatizam em diferença.

O ruído da colher, a desigualdade das pedras, o sabor da Madeleine são imagens evocativas que fazem o passado permear e se interpor no presente, a ponto de fazer o protagonista hesitar sobre a sua condição e localização no tempo, sem saber em qual dos dois está. Era um ser que gozava desta impressão e desfrutava um conteúdo extratemporal, repartido entre o antigo e o atual, um ser que surgia na identifi-

ção entre o passado e o presente e só conseguia se situar fora do tempo (DELEUZE, 2003, p. 152). Esse ser apenas pode se realizar longe dos esforços de uma memória que busca e da inteligência

Tal nunca me aparecera, nunca se manifestara senão longe da ação, da satisfação imediata, senão como o milagre de uma analogia me permitia escapar ao presente. Só ele tinha o poder de me fazer recobrar os dias escoados o Tempo perdido, ante o qual se haviam malogrado os esforços da memória e da inteligência (PROUST, 1992, p. 152-153).

O protagonista percebeu que, agindo sempre pelo intelecto e pelo esforço de memória, ele não conseguia atingir o que seria a vida em plenitude no Tempo. A inteligência que age, as obrigações diárias, as reuniões sociais são como barreiras que impedem a vivência que um Tempo que é interior, que tem ritmo e cadência próprios. A obrigação que ele se impunha de, a partir dos sentidos e da razão, captar a essência das paisagens que se contemplava pela janela do trem a caminho de Paris o impedia de senti-la. Intuir, vivenciar o fluxo contínuo do tempo, que ao mesmo tempo retém as imagens na duração, sem a preocupação com sua medição o permitiu experimentar sensações que se cintilam tanto no passado quanto no presente, algo que nunca apreendera antes: “tempo em estado puro” (PROUST, 1992, p. 153).

Fica claro que “deperece na observação do presente, onde não lhe forneçam sentidos, na investigação de um passado ressecado pela inteligência, na expectativa de um futuro que a vontade constrói com fragmentos do presente e do passado.” (PROUST, 1992, p. 153). Pensar este tempo que recorta passado e presentes em compartimentos separados e estanques, não muda o fato de que, como salienta Bergson (2006, p. 58), ele, o Tempo, é uma peça única e indivisa.

Neste caso faz-se necessário respeitar a especificidade deste tempo da memória. Esta temporalidade está comple-

tamente marcada pela afetividade. Não sujeita às provas materiais, é um tempo não naturalizado, antes sentido. Não é ordinário, é denso, dramático, tenso e completamente ritualizado. Como duração ele é sempre presente, e trabalho fundamental da memória é tornar os diferentes presentes cúmplices entre si.

Considerações finais

Pensar o tempo para além da cronologia, das subdivisões estanques, da busca incessante pelas origens, da homogeneidade foi um objetivo do processo de renovação da história ao longo do século XX, e que teve como alguns de seus principais personagens os historiadores franceses da chamada Escola dos *Annales*. Nomes como Bloch, Febvre e Braudel ficaram reconhecidos por seus esforços em empreender uma nova compreensão do saber historiográfico e elegeram a questão do tempo como privilegiada para atacar a chamada história metódica, dita positivista que dominava a academia francesa desde o século XIX.

A busca dos problemas presentes como geradores de catalisadores de pesquisa, que caracterizaram a história problema de Bloch e Febvre, o processo de transmissão das tradições pela longa duração, as múltiplas temporalidades que tanto marcaram a obra de Braudel, são marcas indeléveis de um processo radical de ruptura epistemológica e o estabelecimento de bases teóricas que revolucionaram o fazer historiográfico a partir da segunda década do século XX, não somente na França, mas em diversas partes da Europa e do mundo.

É fundamental compreender que este processo se deu em consonância com um intenso debate que resultou de algum modo no estabelecimento do campo científico das humanidades. Este debate girava em torno de questões teó-

ricas e também de disputas e posições de poder no interior da academia. E estas questões sobre a natureza do tempo estava colocado em outras áreas e fica evidenciado que este debate reverberou na história.

Difícil pensar que a obra de Proust, Bergson e Halbwachs não levantou problemas fundamentais, que incomodavam e que provocaram os historiadores a responderem às objeções e às reduções que colocavam em suas concepções de história. Em geral todos estes autores mostravam uma desconfiança, quiçá uma descrença e relegavam a história a uma posição menor dentro das humanidades e das artes em geral.

Mas esta concepção que estava em vias de construção era muito próxima daquela que os pioneiros dos *Annales* estavam forjando. O que é fundamental é perceber que o processo de renovação da história se deu em *pari passu* com uma crise geral das ciências humanas e sociais e que os debates, os questionamentos e o levantamento de novas questões proporcionou um momento de riqueza intelectual que gerou alguns dos paradigmas que foram fundamentais para o pensamento científico a partir de então.

Proust, especificamente, construiu toda sua obra a partir das questões ligadas ao tempo. Em que medida esta sua preocupação com a temporalidade pode ser frutífera para pensarmos uma concepção do tempo para a teoria da história? Indagação esta, já presente no título do presente trabalho, que lançou o novelo para a tessitura desta narrativa. Pois bem, a partir deste autor francês, não se pode mais negligenciar o caráter subjetivo e mesmo afetivo das temporalidades. A concepção temporal, neste caso, está decididamente, construída para além de uma perspectiva que leve em conta apenas seu caráter mensurável, racionalizável e de exterioridade, em uma palavra, convencionalizado, portanto, artificial.

Um tempo que é concebido em sua multiplicidade, em suas diferentes texturas e camadas, que busca dar conta das diferentes experiências pessoais e sociais, que não podem ser encerradas em uma perspectiva temporal que uniformiza e despersonaliza através da sucessão de períodos que não podem se repetir.

Contrário a uma perspectiva de progresso, no qual o tempo é como uma flecha em disparada em direção ao futuro, Proust propôs uma experiência temporal mais em consonância com a figura de um caleidoscópio. Rompe-se aqui com a percepção de continuidade e abre-se à possibilidade de rupturas, aliadas a contínuos arranjos que dependem apenas das diferentes vivências experimentadas pelos indivíduos — e, trazendo para uma perspectiva social, à maneira de Halbwachs, das diferentes maneiras pelas quais, os diferentes grupos sociais organizaram sua relação com o tempo.

Em Proust, este problema é o lugar privilegiado da subjetividade, na qual se resolvem as questões pessoais e do conhecimento. Esta duração e afetividade, não se coadunam com a cronologia mecânica do tempo astronômico e que põe os homens e as sociedades em uma desigual comparação, que tem como medida de julgamento, justamente este tempo decorrido. Ao invés de uma sucessão marcada pela passagem contínua entre passado-presente-futuro, a proposta é a suspensão da espacialização e a criação de uma cumplicidade afetiva entre o agora e o que ficou para trás. Um tempo marcado pelo signo da memória.

O tempo que dura é granulado, onde os seus interstícios são preenchidos pela subjetividade e afetividade, responsáveis pela constituição de outra temporalidade, radicalmente distinta daquela marcada pelo rigor cronológico. Este tempo, marcado pela memória, é uma reminiscência, que possui uma organização temporal que lhe é peculiar. O tempo que Proust busca redescobrir é, então, o tempo destas

reminiscências. Este perpassa, de maneira perpendicular, o nosso tão conhecido tempo da cronologia. Mas, diferente deste, não está sujeito às provas materiais, posto que não é naturalizado, muito menos ordinário, antes, é sentido. E o que vai ligar a convivência de dois passados, ou melhor, o que fará o presente vivido, cúmplice do presente que já passou, é a memória, elemento fundamental para se entender esta concepção temporal.

Deste modo, a contribuição de Proust a este debate é sua provocação no sentido de desnaturalizar a questão do tempo. É destacar seu caráter artificial e separado da experiência e subjetividade humana e propor uma perspectiva temporal que apreenda a densidade e a complexidade dos seres humanos e suas relações. Perceber a forma dramática pela qual as diferentes sociedades humanas se relacionam com as diferentes formas de lidar com esta questão. Compreender que os homens ritualizam sua forma de se relacionar com a passagem do tempo, dotando-a de significados diferentes. E, por fim, se dar conta de que no presente se coagulam diversos presentes, passados e futuros.

Referências

- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERGSON, Henri. *Duração e Simultaneidade*: a propósito da teoria de Einstein. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os Signos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 1999.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Los Marcos Sociales de la memoria*. Postfácio de Gérard Namer. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepcion: Universidade de la Concepcion; Caracas: Universidade Central de Venezuelas. 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

PROUST, Marcel. *O Tempo Redescoberto*. 10ª ed. São Paulo: Globo, 1992. (Em busca do Tempo Perdido. V. 7).

RICOUER, Paul. *A História, a Memória, o Esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

[Recebido: 15 out. 2014 — Aceito: 30 nov. 2014]